

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS
COORDENADORIA DE INQUÉRITOS – COINQ/SEGER/PRESI
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 33902.902196/2014/78
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA - FASSINCRA
CNPJ Nº 00.431.403/0001-95

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO

Cuida-se de inquérito administrativo instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para apurar as causas que levaram à situação de insolvência a ex-operadora **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA – FASSINCRA**, inscrita no CNPJ sob o nº **00.431.403/0001-95** e registrada na ANS sob o nº 35.872-0.

Outrossim, no curso do presente procedimento verificou-se a responsabilidade daqueles que administraram a ex-operadora nos últimos cinco anos que antecederam à Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu por intermédio da Resolução Operacional – RO nº 1.735, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 08 de dezembro de 2014 (fl. 1.512). Fundamentam-se tais análises no artigo 24-D da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, combinado com o artigo 43 da Lei 6.024, de 13 de março de 1974 e a Resolução Normativa nº 276 de 04 de novembro de 2011.

O presente inquérito administrativo foi instaurado e seguiu os trâmites definidos pela RN ° 276/2011, norma que regulamenta processos desta natureza no âmbito da ANS.

Assim, após elaboração do Relatório Preliminar (fls. 4205/4233) contendo análises econômico-financeira e jurídica das razões que levaram a ex operadora à situação de insolvência, inclusive com indicação das respectivas responsabilidades e condutas perpetradas pelos ex-administradores, consoante disposto na RN nº 276/11, todos aqueles que atuaram como gestores nos 05 anos que antecederam à liquidação extrajudicial foram devidamente intimados para, se quisessem, apresentar informações, documentos ou esclarecimentos aptos à melhor elucidação dos fatos.

Ato contínuo, nas manifestações dos ex administradores juntadas aos autos não foram apresentados fatos novos tampouco outros preexistentes que justificassem eventual alteração dos termos expostos no Relatório Preliminar.

Diante do exposto, presentes todos os requisitos exigidos pela RN nº 276/11, **RATIFICO** o Relatório de Apuração Preliminar, devendo ser responsabilizados os ex administradores constantes do quadro exposto no item V da análise jurídica do citado Relatório.

Por fim, fazemos as seguintes proposições:



- a. Encaminhar o presente inquérito para o Ministério Público do Distrito Federal, para que possa tomar as medidas que porventura entender cabíveis.;
- b. Encaminhar este relatório para apreciação e aprovação do do Secretário-Geral e, posteriormente, para apreciação pela Diretoria Colegiada da ANS;

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2016.



CARLOS GUSTAVO LOPES DA SILVA
Coordenador- COINQ

De acordo. Encaminho os autos para apreciação pela Diretoria Colegiada em 16/09/2016.



SURIÊTTE APOLINÁRIO DOS SANTOS
Secretário-Geral